

"SE HACE CAMINO AL ANDAR..."

*Ignacio M. Rangel**

É pouco provável... Mas suponhamos que o presente Governo criou juízo e, em vez de querer resolver nossa grave crise a golpes de recessão e desemprego — segundo o modelo que os "democratas" que Gorbachov e Bush encarapitaram no poder, na Europa Oriental —, busque inspiração na reiterada experiência brasileira, desde que teve início nossa industrialização, há meio século e pico — mais de um Kondratiev. Só para discutir.

Nosso "modelo" é muito claro. Ao fim de cada ciclo breve — aproximadamente um decênio —, surge no seio do sistema econômico uma área carregada com excesso de capacidade. Em condições de engendrar poupança, mas sem oportunidades de investimento em seu horizonte. Ora, como poupança é o nome contábil do investimento, se este não acontece, tampouco aquela acontecerá.

A primeira das crises dessa etiologia aconteceu na esteira da Grande Depressão Mundial, por volta de 1930. Esquemáticamente, havíamos plantado muito mais café do que compradores estrangeiros podíamos encontrar para ele. Acumulamos montanhas desse café excedente, do qual chegamos a queimar cerca de 80 milhões de sacas, e, por outro lado, como os preços externos também caíram, nossa capacidade para importar contraiu-se brutalmente. Excesso por um lado e insuficiência por outro, visto como, não obstante a queda da demanda global, escassearam agudamente produtos que estávamos habituados a importar.

Esses eram os dados do problema. As sobras de caixa dos fazendeiros — inclusive resultantes das vendas ao Governo, para incineração — deviam ser aplicadas. Não, porém, no plantio de mais cafezais redundantes, mas na produção interna de artigos tornados escassos pela crise. Tecidos, por exemplo. Assim, a poupança gerada na **agricultura** devia tomar a forma de investimentos no setor **manufatura**. Em princípio, um problema complexo, porque implicava transferência **inter-setorial** de recursos.

* Economista, Membro do Conselho Federal de Economia.

Devemos estar lembrados de como foi resolvido esse **problema institucional**. Como o aparelho financeiro era embrionário, com um sistema bancário pouco mais que usuário, mal sabendo cobrar duplicatas e promissórias, a solução chegou-nos de forma inesperada, quando o fazendeiro entregou ao filho ou ao genro as sobras de caixa da fazenda para que eles investissem em fábricas de tecido. Genial: havíamos operado uma transferência intersetorial de recursos, redistribuindo o patrimônio da família, sem sair dos limites desta.

Assim tem sido. Aproximadamente a cada decênio, ressurge o problema, isto é, as atividades beneficiárias do esforço de formação de capital no ciclo anterior — supercapitalizadas, portanto — por canais sempre novos, que íamos rasgando com nosso pé bandeirante, tornavam-se excessivas, sendo necessário buscar outras atividades, subdimensionadas, onde investir seus excedentes de caixa, atuais ou potenciais. Segundo a receita do poeta:

"Caminante, no hay camino/ Se hace camino al andar".

De setor em setor — de crise em crise —, fomos construindo um diversificado sistema econômico. Nossa produção industrial, embora partindo da humilde base com a qual fomos surpreendidos pela Grande Depressão, cresceu, entre 1932 e 1980 (do início da industrialização à abertura da presente crise), cerca de 40 vezes. Uma das mais elevadas taxas de crescimento do planeta. Muito maior que a do resto da América Latina.

Cada crise introduzia mudanças institucionais — no câmbio, no fisco, no crédito — abrindo a fase expansiva de novo ciclo, a qual implantaria novo "setor" e introduziria inovações tecnológicas, desembocando afinal em nova crise. Havendo começado pela indústria leve e por uma agricultura incapaz de utilizar vastas áreas do País, como o cerrado, o pampa, a catinga, a hiléia, chegamos à presente situação, com um país virtualmente redescoberto, tanto do ponto de vista agrícola como do mineral e do manufatureiro.

Nossa presente crise compagina-se com as esboçadas, sendo que, atualmente, temos **excesso de capacidade** até na indústria pesada e insuficiência, basicamente, nos chamados grandes serviços de utilidade pública. A transferência dos recursos excedentes, gerados, ou suscetíveis de serem gerados, nas áreas de capacidade ociosa, para os serviços estrangulados, levanta, como sempre, problemas novos, que deveremos resolver por mudanças institucionais e tecnológicas também novas.

Como das vezes anteriores.

Quando essa crise, enfim, houver passado — até porque ela está tão madura, já acumulou tantas precondições para superação, que, como de outras feitas, se não a resolvermos, ela se resolverá por si mesma —, ficaremos surpresos com a novidade e a simplicidade das soluções. Um dia alguém escreverá a saga das crises que pontilharam nossa industrialização e, com isso, terá escrito uma das mais belas páginas de nossa história.

Temos, hoje, uma vigorosa indústria pesada, desenvolvida, primeiramente, na intenção do suprimento de bens duráveis de consumo, como eletrodomésticos, carros de passeio, etc. Depois, especialmente nos anos 70, para o suprimento de bens de equipamento. A indústria de material ferroviário, desde trilhos e vagões a locomotivas, é um exemplo disso. Essa indústria pesada poderia investir em sua própria expansão, mas, evidentemente, isso não faria sentido, porque já acumulou considerável excesso de capacidade para a presente demanda específica. Assim como, nos anos 30, não faria sentido que as fazendas de café continuassem a investir em sua própria expansão, chegou a hora de que nossa indústria de bens de equipamento entre a aplicar, não somente suas sobras de caixa, mas também os bens de capital que podem suprir, na expansão de outras atividades.

Estas devem ser, no fundamental, serviços de utilidade pública, incluindo a produção de eletricidade, a construção de um sistema ferroviário de novo desenho, de transportes urbanos, inclusive meia dúzia de metropolitanos, somando centenas de quilômetros de linhas subterrâneas, serviços de água e esgotos, telefones, etc. Esses serviços públicos estão institucionalmente enquadrados como concessões a empresas públicas, mas, para que possam candidatar-se aos investimentos da poupança que o sistema — inclusive a indústria pesada — está em condições de formar, será mister dar-lhes outro enquadramento institucional.

Esse novo enquadramento é fácil de definir-se. Trata-se de converter ditos serviços públicos à condição de concessões a empresas privadas, o que supõe a revisão do **direito de concessão**. Somente concessões privadas podem oferecer os próprios bens comprometidos na prestação de serviços públicos — necessariamente ao Estado. Isso permitiria resolver o problema da garantia, cuja insuficiência, atualmente, conduziu à insolvência do setor público, esvaziando-se a **garantia fidejussória**, isto é, o aval do Tesouro, à base do qual, nos ciclos anteriores, os serviços de utilidade pública estiveram

levantando os recursos privados — nacionais ou estrangeiros — necessários ao seu desenvolvimento.

O fato de o Estado não estar em condições de honrar os seus avais nos prazos contratuais levou a uma resistência do público credor, resistência esta que se traduziu em encurtamento dos prazos e em elevação dos juros, criando condições incompatíveis com a implantação e a operação de tais serviços, em condições de tarifa ajustáveis às possibilidades do público usuário. Com essas medidas, o nó górdio da presente crise será cortado, a exemplo do que aconteceu com as crises anteriores.